

29
M



ADVOGACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
GABINETE GERAL

RUA AUGUSTO CORRÊA, Nº 01 - CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO GUAMÁ - ED. DA REITORIA, 3º ANDAR - CEP 66.075-900 - FONE: (91) 3201-7131 - E-MAIL:

PGERAL@UFPA.BR

PARECER n. 00104/2020/GABG/PFUFPA/PGF/AGU

NUP: 23073.026465/2020-94

INTERESSADOS: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO E OUTROS
ASSUNTOS: DISPENSA DE LICITAÇÃO

EMENTA: Administrativo. Contratação direta por dispensa de licitação. Prestação de serviços de emissão de certificados digitais. Prestação de serviços de informática à Administração Pública por entidade criada para esse fim específico. Possibilidade. Fundamentação: Art. 24, XVI, da Lei nº 8.666/93.

Magnífico Reitor,

I – RELATÓRIO:

1. Cuidam os presentes autos de pedido de contratação do **SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO**, por dispensa de licitação, para “contratação de serviços de emissão de certificados digitais, dentro das especificações e normas do ICP-Brasil”, objetivando atender às necessidades da Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal – PROGEP desta IFES.
2. Compulsando os autos, verifica-se o Documento de Formalização de Demanda (fls. 11-11v.) no qual se esclarece a necessidade da aquisição de certificados digitais para os servidores desta IFES, em função da existência de cláusula no contrato em vigor com o SERPRO que prevê a impossibilidade de prorrogação do prazo de vigência e da necessidade de renovação e criação de novos certificados digitais.
3. Na oportunidade, encaminhou em anexo minuta do Contrato fornecida pelo SERPRO para apreciação desta IFES (fls. 20-27).
4. Ato contínuo, a despesa foi devidamente autorizada pelo Sr. Pró-Reitor de Administração (fl. 15) e adotadas as providências necessárias à quantificação das certificações digitais a serem adquiridas para atender aos mais diversos setores da Universidade que utilizam de tal tecnologia no exercício das suas funções, com vistas a subsidiar a PROGEP na contratação do SERPRO.
5. Consta dos autos minuta do contrato de adesão a ser chancelado entre a UFPA e o SERPRO, para análise de seus aspectos jurídicos, na forma da Lei.
6. Atesta-se, finalmente, que a UFPA já possui contrato firmado com o SERPRO cujo objeto é o mesmo que ora se pretende firmar, no entanto a avença está em vias de alcançar seu termo final de vigência, pelo que se revela necessária a sua renovação.
7. Eis os fatos. Passa-se à análise jurídica.

II – ANÁLISE JURÍDICA:

8. Inicialmente, cumpre destacar que o presente Parecer restringe-se à análise dos aspectos jurídicos que permeiam a contratação pretendida pela UFPA, ficando ressalvados, desde já, os aspectos técnicos, econômicos e orçamentários que fogem à alçada desta Procuradoria.

9. Da análise dos autos, verifica-se que a UFPA pretende efetuar a contratação do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO, por dispensa de licitação, para “contratação de serviços de emissão de certificados digitais, dentro das especificações e normas do ICP-Brasil”, por iniciativa da PROGEP, mas também para atender às demandas de certificação digital para diversas unidades desta IFES ou a atuação dos servidores envolvidos em muito depende da utilização de certificado digital.

10. Sobre a temática, cumpre trazer à baila o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 37 (...)

XXI - **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação (...) (grifo nosso).

11. Pelas disposições constitucionais, a Administração Pública, sempre que precisar contratar com terceiros para a realização de obras, serviços, compras e alienações, deverá fazê-lo por meio de Licitação, tendo em vista que tal procedimento se destina a assegurar igualdade nas condições de competitividade entre todos aqueles que desejem pactuar com ela.

12. No entanto, a própria Constituição Federal de 1988 reconhece exceções à regra da Licitação, ao mencionar “*ressalvados os casos especificados na legislação*”.

13. Com efeito, a despeito da presunção de que a prévia licitação possui o condão de ensejar a contratação mais vantajosa à Administração Pública, foi facultada pela Carta Magna a contratação direta nos casos previstos em lei, quais sejam aqueles em que a prévia licitação pode ser *dispensada, dispensável ou inexigível*. Trata-se de casos atípicos, expressamente listados no Estatuto das Licitações.

14. A Lei nº 8.666/93 expressa em seu regramento que licitação dispensada é aquela que a norma assim a declara (art. 17 e seus incisos); **licitação dispensável é aquela que o gestor tem a faculdade de não realizá-la, como enumerados no art. 24 e incisos**, e, por seu turno, a licitação inexigível é aquela que não pode ser efetuada por total inviabilidade de competição (art. 25 e seus incisos e parágrafos).

15. Nesse diapasão é que dispõe o Administrador do poder de dispensar a licitação na forma prevista pela legislação, como na situação em análise, que está albergada pelas disposições legais, conforme se verifica a partir da leitura do art. 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/1993, senão vejamos:

16. Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

XVI - para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como **para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico**; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994). (grifo nosso).

17. Assim, de acordo com o supratranscrito dispositivo legal, é dispensável a licitação nos casos em que a Administração pretenda contratar a prestação de serviços de informática de pessoa jurídica de direito público interno e que tenha sido criada para esta finalidade, de forma que a situação que ora se apresenta se alberga no texto legal.

18. Isso porque a UFPA pretende contratar serviços de emissão de certificados digitais, que claramente correspondem a serviços de informática.

19. Ademais, no que tange à qualificação do SERPRO enquanto entidade integrante da Administração Pública, bem como de suas finalidades, da análise do seu Estatuto Social pode inferir a partir de seus artigos 1º e 3º, *in verbis*^[1]:

Art. 1º O Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, empresa pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Economia, criada pela Lei nº 4.516, de 1º de dezembro de 1964, é regida pela Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei nº 13.303, de

30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pelo presente Estatuto Social e pelas demais normas legais que lhe forem aplicáveis.

[...]

Art. 3º O Serpro tem por objeto social desenvolver, prover, integrar, comercializar e licenciar soluções em tecnologia da informação, prestar assessoramento, consultoria e assistência técnica no campo de sua especialidade, bem como executar serviços de tratamento de dados e informações, inclusive mediante a disponibilização de acesso a estes e a terceiros, desde que assim autorizado pelo proprietário

Parágrafo único. Os serviços prestados pelo Serpro envolvem matérias afetas a imperativos de segurança nacional, essenciais à manutenção da soberania estatal, em especial no tocante à garantia da inviolabilidade dos dados da administração pública federal direta e indireta, bem como aquelas relacionadas a relevante interesse coletivo, orientadas ao desenvolvimento e ao emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços de maneira economicamente justificada.

20. E ainda, no art. 4º, inciso IV, do Estatuto do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO^[2]:

Art. 4º São finalidades do Serpro:

I - contribuir para o êxito da gestão e da governança do Estado, em benefício da sociedade;

II - atender, prioritariamente, aos órgãos do Ministério da Economia;

III - aplicar as disponibilidades de sua capacidade técnica e operacional na execução dos serviços de sua especialidade que venham a ser contratados com outros órgãos e entidades;

IV - viabilizar soluções digitais para modernização e apoio à tomada de decisão, no âmbito da administração pública;

V - atuar no sentido de racionalizar, simplificar e viabilizar a acessibilidade às informações e soluções em tecnologia da informação destinadas ao setor público e à sociedade; e

VI - incentivar o desenvolvimento do setor de informática pública, de acordo com as diretrizes definidas pelo Governo Federal.

Parágrafo único. Para o alcance das finalidades previstas no caput deste artigo, o Serpro poderá importar e exportar soluções, celebrar contratos, convênios e parcerias com empresas nacionais e estrangeiras, órgãos e entidades de pesquisa e ensino e agências de fomento na área de tecnologia da informação, constituir consórcios ou *joint ventures* de natureza contratual, bem como contratar representantes comerciais para a divulgação e venda das soluções, na forma da lei. (grifo nosso)

21. Vê-se, pois, a subsunção da demanda ora analisada à previsão legal, uma vez que a contratação do SERPRO, pela UFPA, para prestação dos serviços de emissão de certificados digitais se alberga na previsão do art. 24, XVI, do Estatuto das Licitações, sendo, para o referido caso, dispensável a realização de procedimento licitatório.

22. Não obstante, em análise da contratação anterior - ainda vigente e em vias de alcance de seu termo final -, constante nos autos do Processo nº 23073.029569/2019-17, foi acostado Ofício Circular nº 300/2016-MP, do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, consta a informação de que o referido Ministério deixaria de custear os certificados digitais dos usuários dos sistemas estruturantes de outros órgãos a partir de 01/07/2016, devendo tais órgãos, a exemplo da UFPA, prever dotação orçamentária específica em seus orçamentos próprios para atender a tal finalidade. Ademais, na referida manifestação o Órgão Ministerial esclarece que até a emissão de tal documento a certificação digital nos sistemas estruturantes utilizados pelos mais diversos órgãos ligados àquele Ministério eram realizadas com exclusividade pelo SERPRO, mas ressalva a possibilidade de contratação, para tal finalidade, de outra autoridade certificadora de mercado, desde que a mesma obedeça a determinados critérios, tais como o credenciamento pela ICP-BRASIL.

23. Vale esclarecer que a UFPA já dispõe de certificados digitais emitidos pelo SERPRO e, inclusive, possui contrato vigente com a referida empresa pública, tratando-se a pretensa contratação de uma espécie de renovação da avença entre esta IFES e o SERPRO.

24. Não obstante, além dos requisitos elencados no art. 24, XVI, da Lei nº 8.666/1993, deve-se observar, no que couber, o art. 26 do mesmo diploma legal, o qual determina *ipsis litteris*:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei **deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.**

Parágrafo único. **O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:**

[...]

II – Razão da escolha do fornecedor ou executante;

III – justificativa do preço. (grifo nosso)

25. No caso em comento, resta demonstrada a razão da escolha do SERPRO para a contratação ora pretendida, conforme razões já analisadas alhures. Ademais, no que se refere à justificativa do preço, consta dos autos (fl. 26v.), tabela do SERPRO com a descrição dos serviços e respectivo preço praticado com as instituições da Administração Pública, apresentando valores fixos e tabelados, razão pela qual atestamos o cumprimento dos requisitos legais.

26. Ademais, consta dos autos a nota de empenho (fl. 19), apontando a dotação orçamentária e respectiva disponibilidade de verba para arcar com a contratação pretendida.

27. Assim, entende-se que o pleito está sob a exegese da legislação, o que permite a sua concretização.

III – CONCLUSÃO:

28. Em face do exposto, esta Procuradoria manifesta-se **favorável** à contratação direta, por dispensa de licitação, do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO, com fulcro no art. 24, inciso XVI, da Lei nº 8.666/93.

29. Nesse sentido, considerando que a minuta da avença foi elaborada de acordo com a legislação pertinente, esta Procuradoria apõe seu “visto” (art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93) na minuta do Contrato.

30. Destaca-se que a eficácia do ato de dispensa de licitação para contratação do SERPRO depende do reconhecimento e ratificação, pela autoridade superior, no prazo de 03 (três) dias, bem como a necessária publicação no D.O.U. no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 26, *caput*, da Lei nº 8.666/93.

À consideração superior.

Belém, 11 de dezembro de 2020.

FERNANDA RIBEIRO MONTE SANTO

Procurador Federal

Chefe PF/UFPA

Portaria n. 1.449/2011

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23073026465202094 e da chave de acesso 7a54265c

31
A

Notas

1. [^] Disponível em: <<https://www.transparencia.serpro.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/base-juridica/estatuto-do-serpro>>. Acesso em: 11 dez. 2020.
2. [^] Idem.

Documento assinado eletronicamente por FERNANDA RIBEIRO MONTE SANTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 550241625 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FERNANDA RIBEIRO MONTE SANTO. Data e Hora: 11-12-2020 17:19. Número de Série: 13672212. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Processo 026465 / 2020 - 94 fls 32

Homologo o parecer nº 00104/2020
exarado pela Procuradoria-chefe
às fls. 29 a 31.

de Incl PROAD.

em, 16/12/2020.

Emmanuel Zagury Tourinho
Reitor da UFPA



Processo nº026465 /2020

À PROGEP

Segue o processo 026465/2020, para que a Unidade providencie as assinaturas nas vias do contrato. Após, retornar os autos a esta Diretoria de Contratos para publicação do contrato no DOU.

Em 23/12/2020.

Denise E. A. Tavares
Diretoria de Contratos e Convênios
Mat. SIAPE 1153282 - UFPA

A PROCURADORIA,
Tendo em vista que o Sr. pro
faz apontar na minuta do contrato,
incluindo novos anexos também, solici-
tamos a esta Procuradoria uma nova
análise do contrato, anexos a esta pro cur
no ar fls. 34 a 60.
Em: 28/12/2020.

Rainaldina
Rainaldina da Costa Almeida
Pró-Reitor de Desenvolvimento
e Gestão de Pessoal-PROGEP
Portaria nº 666/2019

PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UFPA
RECEBIDO EM 30/12/2020
ASSINATURA

Dr. J. A. Taylor
Director of Fisheries & Game
P.O. Box 12345 - 1954

[Faint, illegible handwritten text]

RECEIVED
FISHERIES DEPARTMENT
MONTGOMERY, ALA.
JAN 15 1954